

O REVELAR DE UMA INSCRIÇÃO, A RES GESTAE DIVI AUGUSTI

THE REVEALING OF AN INSCRIPTION, THE RES GESTAE DIVI AUGUSTI

Sidney de Souza Barros,¹⁴² Maria Regina Candido

¹⁴² Mestrando em História Política pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH-UERJ) com orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Regina Cândido.

Correspondência para: Sidney de Souza Barros (profsidneybarros.historia@gmail.com)

Recebido em: abril de 2019; Aceito em: julho de 2019

RESUMO

Visamos através deste artigo, trazer à luz os elementos discursivos elencados por Augusto para que o leitor de sua *Res Gestae* tenha uma visão de que a República tenha sido restaurada durante sua ação na vida pública romana e na maneira como o autor apresenta a sua ascensão e manutenção na cena política. Que possamos analisar o *Res Gestae*, como um *documento/monumento*, não somente por sua forma física e material na qual foi colocado em Roma, mas focando no discurso que emerge nas entre linhas deste texto, onde o autor expõe cargos e honras, narra alguns de seus feitos, as *gestae* de fato; como ele se refere aos rivais ou a outros personagens da história romana de seu período; e o modo como demonstra as modificações da estrutura republicana apesar de sua relação com a República se basear num discurso de restauração. Elementos que de modo conjunto tinham o objetivo específico de construir o retrato de um homem que era um exemplo para todos e que havia agido em prol da República e de acordo com o ajuste da cena pré-estabelecida.

Palavras-chaves: Res Gestae, Augusto, Império Romano

ABSTRACT

We aim, through this article, to bring to light the discursive elements listed by Augustus so that the reader of his *Res Gestae* has a view that the Republic has been restored during his action in Roman public life and in the manner in which the author presents his ascension and political scene. May we analyze the *Res Gestae*, as a document / monument, not only because of its physical and material form in which it was placed in Rome, but focusing on the discourse that emerges in between the lines of this text,

where the author exposes positions and honors, narrates some of their deeds, the deeds of deeds; as he refers to rivals or other characters in the Roman history of his period; and how it demonstrates the modifications of the republican structure despite its relationship with the Republic being based on a discourse of restoration. Elements that together had the specific purpose of constructing the portrait of a man who was an example to all and who had acted in favor of the Republic and according to the adjustment of the pre-established scene.

Keywords: Res Gestae, Augustus, Roman Empire

Segundo Jacques Le Goff, um *documento/monumento* se trata de tudo aquilo que pode evocar o passado e perpetuar a recordação enquanto produto da sociedade que o fabricou e segundo as relações de forças que ali detinham o poder (LE GOFF, 2003, p.549). Nosso “documento/monumento” é conhecido como *Res Gestae Divi Augusti, ou seja, Os Feitos do Divino Augusto*. E sobre este documento é que pretendemos nos debruçar em uma análise do Principado de Augusto.

Anos antes de Octavianus Augustus⁴¹ morrer, nos diz Suetônio, que o mesmo escreve um relatório de seus feitos no tempo em que esteve à frente do Império Romano por mais de quarenta e um anos. “*Testamento elaborado por ele próprio em dois livros durante o consulado de L. Planco e C. Sílio, no terceiro dia antes das nonas de abril e quatro meses antes de sua morte, foi escrito parte de seu próprio punho e parte pelos libertos Políbio e Hilarião* (SUETÔNIO - CI, 2007, p.114). Relatando nesta inscrição informações sobre as honrarias que recebeu do Senado e do povo romano, assim também, como as doações que fez à todas as classes sociais do Império, principalmente

⁴¹ O título de *Augustus*, que anteriormente somente era dado aos deuses, e significava “ser sagrado”. Octavianus recebe essa titulação devido as suas grandes glórias, principalmente na derrota de Antônio, e consequentemente salvar a República, mas também por suas grandes virtudes em guiar o povo romano. Refere-se também à possível descendência sagrada de Octavianus, esta questão lhe confere o título de Augustus, que será visto aos olhos do povo como um homem sagrado, assim sempre guiaria pelo melhor caminho, deste modo aumentando a sua *auctoritas* perante o povo.

a plebe. Determinando uma lista minuciosa de seus *títulos* (triunfos e cargos políticos e administrativos), *despesas* (auxílios, construções, espetáculos e devoluções), *as gestae* (militares e políticas) e o título de *Augustus*, como também o de *Pater Patriae*.

Este documento estava destinado a ser exposto na entrada de seu mausoléu, logo após a sua morte, o que aconteceu em 19 de agosto de 14 d.C., e como desejava Augustus o documento fora afixado em pranchas de bronze, em um lugar visível para todos os transeuntes que tivessem acesso a Roma.

A porta do edifício que se abria para o lado sul era precedida por dois obeliscos; sobre as duas pilastras ao lado da entrada foram afixadas as placas de bronze com a inscrição contendo este documento, mediante a vontade do autor.

Segundo Corassin, deste exemplar afixado em Roma não restou nenhum vestígio; mas a cópia incisa sobre as paredes da entrada do templo de Roma e Augusto, em Ancira, na Ásia Menor, conservou a epígrafe para posteridade.



Figura 3 - Mausoléu de Augustus, em Roma. Local onde o *RES GESTAE DIVI AVGVSTI* foi colocado em placas de bronze. Hoje não temos mais vestígios dos originais afixados no mausoléu em Roma, somente em outros lugares que pertenciam ao poderio de romano.

Fonte: <http://eventiculturalimagazine.com/2015/03/23/il-mausoleo-di-Augustus-tornera-a-splendere-per-lanno-santo-in-corso-anche-il-restauro-dellarea-sacra-di-largo-argentina/>

A cópia de Ancira (a atual Ancara), conhecida como *Monumentum Ancyranum*, foi encontrada no século XVI e apresenta o texto latino e uma versão grega. O título latino informa expressamente que a inscrição é uma cópia do exemplar romano, tal como foi gravado *in duabus aeneis pilis quae sunt Romae positae (depositado nas duas pilastras em Roma)*. O texto grego sem dúvida foi acrescentado por tratar-se de uma província onde o grego era então a língua corrente (CORASSIN, 2007, p.182).

Outra cópia foi encontrada em um templo em Apolônia, na Pisídia, ligada à província da Galácia, com a mesma versão grega. Finalmente, em 1914, em Antioquia da Pisídia (Colônia Cesaréia), foram descobertos novos fragmentos do texto latino.



Figura 4 - Fragmento do *RES GESTAE DIVI AVGVSTI* – Versão Grega – Apolônia
Fonte: http://www.engramma.it/engramma_revolution/58/058_gallerie_fonti.html

No entanto, a compreensão global do texto só foi possível graças ao cruzamento de dados entre as versões deste exemplar encontrado em Ancira, uma escrita em latim e outra em grego, em Apolônia, escrito em grego, e em Antioquia, escrito em latim.

Em um primeiro momento, ao analisarmos o documento, percebemos que Augusto buscou através dessas poucas linhas - algo característico dos documentos epigráficos, explicitar toda a natureza e origem de seu poder, desejando também produzir uma *memória* sobre seus feitos e advertir seus sucessores de que eles deveriam se mostrar prudentes e atentos com o antigo código, estando ali representadas as bases desse novo poder.

Observamos que esse *documento/monumento* não se trata de uma simples lista dos feitos elencados pelo próprio Augusto. Esse *index* tem uma carga de significados, sobretudo, se levarmos em consideração o fato de ter sido depositado diante do mausoléu⁴² do príncipe. Também não devemos nos esquecer que as informações ali apresentadas foram alvo de seleções, o que presume exclusões de fatos e fortalece a abordagem do documento enquanto monumento não apenas pela sua estrutura física ou conjunto em que estava inserido, mas por ser resultado das relações de poder entre Augusto e a sociedade romana. Corassin aponta que esses “*esquecimentos*” *têm uma forte ligação com a imagem que o próprio príncipe queria construir de si próprio* (CORASSIN, 2007, p.185).

Tomando como base a divisão proposta por Corassin, analisamos que cada informação presente no referido documento possuía um local determinado para ser apresentado ao seu leitor, o que facilitava a compreensão e reconhecimento dos feitos de Augusto.

Assim, Corassin apresenta categorias de atribuições e seus intervalos: 1) honras: triunfos (I-IV) e cargos (V-XIV); 2) despesas: auxílios (XV-XVIII), construções (XIX-XXI), espetáculos (XXII-XXIII) e devoluções (XXIV), 3) as *gestae*: militares (XXV-XXX) e políticas (XXXI-XXXIII); 4) conclusão: *Augustus* (XXXIV) e *pater patriae* (XXXV); além do apêndice,

⁴² Cabe salientar a importância simbólica, dentro da esfera política, que o mausoléu possuiu. Ele foi construído no Campo de Marte, acredita-se que a partir de 30 a.C., e deveria receber os restos mortais de Augusto e de seus familiares (foi inaugurado em 23 a.C. com as cinzas de M. Marcelo e recebeu os restos mortais de imperadores, bem como de Augusto, em 14 d.C., até Nerva, em 96 d.C.). Contudo, ele nos é significativo quando comparado com a determinação de Marco Antônio, presente em seu testamento, de acordo com Suetônio (*Augusto*, 17) e Plutarco (*Marco Antônio*, 58), de que desejaria ser enterrado em Alexandria. Há aqui o compromisso de Augusto com Roma como sua cidade em vida e em morte, não desejando largar suas raízes. Além, claro, da importância de ter sido o primeiro a receber a honra de ser enterrado dentro da cidade de Roma, o que fortalecia a sua posição na cena política como mais do que um simples cidadão da República.

no qual havia um resumo analítico e breve das despesas, das construções, das restaurações e das liberalidades do príncipe (CORASSIN, 2007, p.183).

A ilusão referencial que emerge do discurso de Augusto na *Res Gestae*, fez com que ele fosse apresentado pelos autores latinos do século II d. C. como modelo de Imperador e principado, permanecendo com essa *memória discursiva* ao longo de dois milênios após sua morte. Esta propaganda pessoal contribuiu para que sua imagem fosse perpetuada ao longo de todo império Romano, sendo o mesmo visto como modelo ideal de princeps a ser seguido por seus posteriores, inclusive após a queda do Império, como por exemplo, nas Monarquias Visigodas, no Império Carolíngio e ainda nas monarquias modernas.

Podemos, talvez, sermos ainda mais ousados em afirmar, que o Modelo Augusto foi apropriado inclusive no século XX pelos regimes totalitários, onde seus líderes investiram de maneira bem efetiva na propaganda pessoal, tornando-se assim o pilar que sustentava tais regimes.

Observamos na *Res Gestae* de Augusto o destaque de diversas ações do príncipe em diversos campos (militar, político, econômico, religioso) e com relação aos diversos setores da sociedade romana de então (a plebe, os senadores, os equestres, os veteranos e soldados, os provinciais) sendo possível uma reflexão da situação política e social de Roma durante o governo de Augusto apenas utilizando como base o referido documento.

Augusto sabia o poder que as letras tinham na perpetuação de um conhecimento e de um acontecimento, tanto que incentivou diversos escritores, como aqueles do círculo de Mecenas, por exemplo. No entanto, ele próprio buscou também elaborar algo que narrasse seus próprios feitos, já que nenhum dos poetas próximos a Mecenas o fez (GRIMAL, 2008, p.66-67).

A história que a *Res Gestae* descreve é aquela que o autor desejava impor a posteridade. Um texto com a exposição de seus feitos enquanto homem público e um grandioso mausoléu, com uma estátua do principal homenageado da construção no topo do edifício, no centro de um bosque, o que realçava ainda mais o prédio, não podem ser desvinculados desse discurso arquitetônico de passar para a posteridade um exemplo de um grandioso homem, que lutou e exerceu carreira pública em prol da República.

Contudo, apenas a *Res Gestae* alude para uma restauração da República, não havendo em nenhum outro documento da época ou posterior uma apresentação de tal ação. Os antigos apontam que a *Res Publica* havia sido restaurada (*restituta*), mas o poder não havia sido transferido para o *arbitrium* “do Senado e do povo romano” como o príncipe argumenta em sua *Res Gestae* (VI, 34) (MILLAR, 1973, p.64-65).

Desse modo, falar em restauração no contexto romano abordado é tratar apenas do retorno às práticas senatoriais e elitistas, que perduravam no jogo político republicano⁴³.

Há uma discussão historiográfica, no que diz respeito a que indivíduos de fato, ou a que parte da sociedade romana, foi direcionado os escritos da *Res Gestae*, levando em conta o monumento em que ela foi afixada. Para Corassin, os destinatários que Augusto visava alcançar com o discurso que emergia do documento era a plebe de Roma; as distribuições que Augusto enumera são as que foram destinadas à multidão da capital, que praticamente não participa mais das assembleias e perdeu seu peso político, mas se contenta com as distribuições, os grandes espetáculos e as construções

⁴³ Galinsky argumenta que a restauração republicana de Augusto deve ser encarada como uma oposição ao que acontecia na época do Triunvirato, não como um retorno a República de antes das guerras civis. É nesse quadro que devemos observar as recusas de honras e cargos, a revisão e revogação das leis do período anterior e a divisão das províncias com o Senado realizadas pelo príncipe (GALINSKY, 2012, p.65-66).

públicas devidas à generosidade imperial. Contudo, Yavetz discorda de tal opinião, propondo que a *Res Gestae* tinha como receptores os jovens aristocratas romanos que estavam vivenciando aquele período de transformações da República. Jovens os quais iriam formar as próximas gerações dirigentes da República (lê-se, para nós, Império) junto dos imperadores a porvir (YAVETZ, 1984, p.13-20), sendo a *Res Gestae* dotada de um caráter pedagógico.

No entanto, cremos que seja possível uma leitura dupla, tomando as duas propostas como complementares, sendo o documento dedicado à plebe e aos membros da elite romana, elementos sociais muito importantes para o bom funcionamento da República, pois a restauração de Augusto não impôs um fim ao sistema de magistraturas e assembleias, sendo assim, todos os setores sociais peças importantes para a composição do Principado.

Podemos verificar nos escritos da *Res Gestae*, que toda a política de Augusto em relação à plebe foi no sentido de conter a possível agitação popular, eliminar a violência e a desordem que havia caracterizado os anos finais do período da República, atuando como restaurador da ordem.

O discurso que ecoa do documento, aponta nitidamente para a legitimação do poder que Augusto pretende exercer diante da sociedade romana, incluindo a população de Roma e a população das províncias. O relato é objetivo, omitindo aspectos da vida pessoal de Augusto. Pelo lado que o autor deu às despesas, poderíamos até pensar em um levantamento econômico de seu governo, uma espécie de contabilidade do governo. No entanto, não se trata de um relatório completo de sua gestão pública. O documento tem aspectos estatísticos; apresenta, em uma enumeração seca, o número de cidadãos recenseados, as estradas e aquedutos restaurados, as somas distribuídas, o número de navios capturados, os reis exibidos nos triunfos, as províncias conquistadas ou pacificadas. Vários dados numéricos e informações sobre monumentos

e edifícios são conhecidos apenas por este documento. Há também relato épico das grandes ações empreendidas por Augusto, das quais o povo romano é apresentado como sendo o beneficiário.

A plebe urbana não constituía o pilar principal social do novo regime “augustano”. Por outro lado, o imperador nunca deixou de preocupar-se com ela, pois manter a plebe da capital tranquila sempre foi, como deve ter intuído logo, de fundamental importância para a segurança da capital e da sua própria segurança. Podemos enxergar no referido documento que as doações à plebe, os espetáculos oferecidos e custeados com as próprias economias do imperador, caracterizavam a preocupação do mesmo com plebe urbana de Roma e provincial. Ousamos ampliar nossa pesquisa, e de forma mais aprofundada, nos pautarmos sobre a importância que Augusto infere sobre a plebe do Império, e talvez afirmarmos que essa mesma plebe seja a *base legitimadora* de seu Principado.

No entanto, cremos que seja possível uma leitura dupla, tomando as duas propostas como complementares, sendo o documento dedicado à plebe e aos membros da elite romana, elementos sociais muito importantes para o bom funcionamento da República, pois a restauração de Augusto não impôs um fim ao sistema de magistraturas e assembleias, sendo assim, todos os setores sociais podem ser denominados peças importantes para a composição do Principado.

Das projeções do discurso resultam as seguintes imagens: sociedade com um novo sistema de governo, a República romana permanece com suas bases, mas governada agora por um único homem, o Senado romano tendo que aceitar sua dependência do novo “dono” do poder, a nova composição do Senado por indicação do próprio Imperador, uma inicial visibilidade de melhora das condições de vida da parte mais pobre da população durante o Principado, um amplo programa de obras públicas transformando a cidade de Roma, onde Suetônio, atribui o embelezamento da cidade à

Augusto; a classe urbana se transformou na clientela do Príncipe, a hegemonia romana foi restaurada através da administração imperial.



Figura 5 - Referência visual, recriação do Campus de Martius. Localização do mausoléu de Augustus
Fonte: http://illuminations-edu.blogspot.com.br/2013_10_01_archive.html

Augusto defende de forma subjetiva, a valorização da tradição republicana e suas bases. Apesar de todo esse discurso de restauração da República, o próprio documento nos apresenta elementos que já mostram que a situação política romana não se tratava mais de uma República como havia sido um século e meio antes. O Imperador se utiliza de valores antigos para justificar suas ações, ou seja, justificou a transformação que fez na República encobrindo-a com a tradição e procurou resguardar-se constantemente de assumir aquilo que passou a ser.

O discurso que podemos evidenciar emergindo através do viés analítico do texto, apresenta a postura de Augusto diante daquilo que construiu e contribuiu na sociedade romana. A forma administrativa de Augusto, que o discurso nos transmite, foi de uma administração impecável, tudo em prol do povo romano. Suas construções, suas doações, suas intervenções a favor do Estado romano e de sua população. Augusto procura legitimar seu poder, através de suas ações e seus feitos relatados na *Res Gestae*,

e consegue de forma, que *Thomas R. Martin*⁴⁴ vai chamar de “*política do disfarce*”, alcançar seus interesses e ambições.

Através do documento em análise, e de alguns textos de contemporâneos de Augusto, observamos a inauguração não somente de um novo sistema de governo, mas consequentemente, o início de um processo de propaganda da própria figura imperial e benevolente representada no Imperador. Onde o intuito é justamente, propagar e sustentar a aura de potência, justiça, mérito, e logo, a *fides*⁴⁵ política do princeps Augusto, ou seja, sua capacidade de persuasão coletiva, que levará seus correligionários e concidadãos a considerá-lo único em seu tempo; a ponto de obter uma atmosfera favorável à concentração do poder que caracterizará o projeto do primeiro Principado efetivo.

A abordagem superficial deste breve artigo, nos induz a um processo de análise mais amplo e mais minucioso sobre a proposta das atribuições direcionadas ao Princeps, sobre o questionamento dos verdadeiros destinatários do documento escrito pelo próprio Imperador e sobre a esfera social que sustentou a legitimidade do poder imperial.

⁴⁴ Doutor em filologia clássica pela Universidade de Harvard, é historiador e professor. Publicou diversos livros e artigos sobre a história antiga, entre eles *Ancient Greece: From Prehistoric to Hellenistic Times* e *Herodotus and Sima Qian: The First Great Historians of Greece and China*. Também é coautor de *The Making of the West: Peoples and Cultures*. Como colaborador do History Channel, prestou consultoria para diversos documentários e séries, como “Roma: ascensão e queda”.

⁴⁵ O termo *fides* (“garantia”, “fé” por ela inspirada), conceito ao mesmo tempo moral, político e jurídico, e *pietas* (“piedade”, “obrigação” para com os que se têm laços naturais) traduzem dois conceitos capitais para a mentalidade e, portanto também para o *éthos* da sociedade romana tradicional, de forma que eram considerados aqueles que melhor exprimiam o ser-estar no mundo de um cidadão de Roma. A *fides* (“fé, lealdade”), em particular, é o termo melhor entendido não por “confiança”, mas por “garantia”, admitindo também o sentido de crença, aceção possível não somente depois de Roma ter sido cristianizada, mas já desde, pelo menos, o início do século I a.C., visto que aparece com esse sentido já no *De Inventione* de Cícero e na *Rhetorica ad Herennium*; a indo-europeística assevera que o termo é derivado de “*bheidh*”, cujo sentido de “persuadir” aportou em *fides*, que comporta as acepções de “confiar” ou “deixar-se convencer” (MARTINS, 2011, p.14)

“Em meu sexto e sétimo consulados, depois de extinguir as guerras civis e, por consenso de todos, senhor de tudo, passei a República de meu poder para o arbítrio do senado e do povo romano. Por esse mérito pessoal fui chamado de “Augusto” por decreto do senado; os umbrais de minha casa foram publicamente cobertos com louros, uma coroa cívica foi afixada acima de minha porta e um escudo de ouro posto na cúria Júlia. Atestava a inscrição do escudo que o senado e o povo romano o davam a mim pelo valor, pela clemência, pela justiça e pelo senso do dever. Depois disso, vi-me à frente de todos pela autoridade, mas nenhum poder tive a mais do que meus outros colegas também investidos de cargos” (Res Gestae Divi Augusti, XXXIV, p.137-138).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAIO SUETÔNIO TRANQUÍLO, A vida dos Doze Césares, Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: MARTIN CLARET, 2004.
- CAESAR AUGUSTUS, Res Gestae Divi Avgvsti (Feitos do Divino Augustus). Tradução de Matheus Trevisan e Antônio Martinez de Rezende. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- ALFOLDY, Geza. História Social de Roma. Tradução espanhola de Victor Alonso Troncoso, 1996.
- CORASSIN, Maria Luiza. Comentários sobre o RES GESTAE Divi Avgvsti. In Joly. Fábio Duarte (Org.) *História e Retórica: Ensaio sobre historiografia antiga*. São Paulo: Alameda, 2007.
- GALINSKY, Karl. *Augustus: introduction to the life of an emperor*. New York: Cambridge University Press, 2012.
- GRIMAL, Pierre. O século de Augustus. Tradução de Rui Miguel Oliveira Duarte. Lisboa: Edições 70, 2008.
- LE GOFF, Jacques. História e Memória. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

MARTIN, Thomas R. Roma Antiga, de Rômulo a Justiniano. Tradução de Iuri Abreu. Porto Alegre: L&PM, 2014.

MARTINS, Paulo. Imagem e Poder: Considerações sobre a Representação de Otávio Augusto / Paulo Martins. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

M.ROSTOVTZEFF. História de Roma. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1983.

MILLAR, Fergus. *Triumvirate and Principate*. *The Journal of Roman Studies*. Vol.63. 1973. p.50-67.

NOUBERT, Rouland. Roma, democracia impossível?. *Os agentes do poder na urbe romana*. Tradução de Ivo Martinazzo. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de Discurso: *princípios & procedimentos*. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

YAVETZ, Zvi. The res gestae and Augustus' public image. In: MILLAR, Fergus; SEGAL, Erich. *Caesar Augustus: seven aspects*. New York: Clarendon Press, 1984. p.1-36.